



THEATRO JOSÉ DE ALENCAR

ESSE PATRIMÔNIO *É NOSSO?*

CLEISYLENE MENEZES SOUSA

ORIENTAÇÃO:
ANA AMÉLIA RODRIGUES DE
OLIVEIRA



PROFHISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**



PROFHISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENSINO DE HISTÓRIA

THEATRO JOSÉ DE ALENCAR

Esse patrimônio é nosso?

Cleisylene Menezes Sousa
Orientação: Ana Amélia Rodrigues
de Oliveira

Fortaleza-Ce
2026

Sumário

Apresentação	pág. 4
Introdução	pág. 6
Aula 1: Afinal, o que é patrimônio?	pág. 7
Aula 2: Quem decide o que é importante?	pág. 11
Aula 3: Theatro José de Alencar, patrimônio digitalizado para quem?	pág. 17
Aula 4: Meu, lugar, minha identidade, meu patrimônio	pág. 19
Aula 5: avaliação	pág. 20
Plano resumido	pág. 21
Referências	pág. 23



PROFHISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Apresentação

Prezado(a) leitor(a), é com alegria que apresento este trabalho proveniente das minhas pesquisas e reflexões durante o Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Federal do Ceará. Questionamentos que surgiram quando iniciei a carreira docente ao ser incentivada a levar os alunos para o laboratório de informática para fazer “pesquisas” ou fazer uma aula “diferente” com o uso de mídias digitais. A partir dessa inquietação, surge a ideia de trabalhar com tecnologias educacionais no ensino de História e transformar essa experiência pedagógica em um material didático. O objetivo é que outros(as) educadores(as) possam utilizá-lo como modelo de aulas que integram ferramentas digitais e tecnológicas para o ensino de conceitos históricos.

Este roteiro visa orientar educadores(as) na efetivação de aulas de História, utilizando metodologias ativas. Para isso, ele explora o potencial das visitas virtuais a patrimônios digitalizados, como a que fizemos ao Theatro José de Alencar para esta pesquisa de mestrado.

As tecnologias digitais no ensino de história com as visitas virtuais enriquecem a experiência de aprendizado e se tornam uma ferramenta pedagógica quando refletimos sobre conceitos históricos de patrimônio cultural e suas representações sociais.

Este material didático foi produzido e aplicado com alunos (as) do 7º ano da Escola Municipal Gerardo Milton de Sá, em Fortaleza. Sua criação atende à necessidade apontada pelos discentes de ter maior frequência de uso da Sala de Inovação, com aulas mais dinâmicas, interativas e que incorporem o uso de tecnologias digitais.





Não abrindo mão dos recursos analógicos. É fundamental ressaltar que este material não pretende substituir as visitas presenciais a museus, patrimônios culturais e locais de memórias, mas apresentar uma alternativa de atividade quando a impossibilidade de recursos técnicos não puder proporcionar a visita in loco. Em relação à prática docente, o professor também tem a sua autonomia para adaptar as propostas aqui apresentadas à sua realidade educacional, ao perfil dos estudantes e à criatividade quando forem utilizar tecnologias digitais.

Desejamos que esta contribuição auxilie o ensino de história incorporando as ferramentas digitais na prática pedagógica para que os alunos desenvolvam a capacidade de fazer leituras críticas de bens culturais apresentados nos meios tecnológicos e sejam cidadãos críticos no seu tempo histórico.

Cleisylene Menezes Sousa

Introdução

Por vezes, temos dificuldades e limitações de acessar um arquivo histórico ou visitar o patrimônio da sua cidade. Quando levamos esse patrimônio para as salas de aula através das telas, estamos dando a um estudante a oportunidade da descoberta e do acesso a um bem público que imprime a identidade da sociedade cearense.

Plataformas digitais para visitas virtuais começaram a surgir com a evolução da Web 3.0 e a mais famosa é o Google Street View que expandiu-se, disponibilizando visitas virtuais a instituições culturais e espaços do mundo todo. Lançamento de simuladores de Realidade Virtual e acessórios como óculos RV acabam popularizando a tecnologia em museus e na educação.

A pandemia de COVID-19 gerou um “boom” nas plataformas de visitas virtuais, principalmente no Brasil. A necessidade de suprir a falta do espaço físico fez criar projetos com a finalidade de digitalizar os patrimônios culturais. Assim, surge o projeto da plataforma Documenta e as primeiras digitalizações do patrimônio cearense. Um deles está presente neste manual, o Theatro José de Alencar.

Fique sabendo...



A plataforma Documenta é uma concretização do projeto Cientista Chefe da Cultura iniciado em 2021. Idealizado pelo prof. Custódio Almeida e coordenado pelo prof. Isekiel Mesquita, o projeto tem o objetivo de preservar e difundir o patrimônio cultural do Ceará por meio da digitalização de equipamentos culturais e acervos, possibilitando acesso virtual interativo a teatros, museus, bibliotecas e patrimônio natural. Atualmente apresenta digitalizados 14 equipamentos culturais edificados e 1 patrimônio natural, a gruta de Ubajara, que fazem parte da Secretária de Cultura do Estado do Ceará (SECULT).

O Theatro José de Alencar foi o primeiro patrimônio digitalizado pela plataforma e lançado em 2023.

Fonte: DocumentaCe, 2025.

Afinal, o que é patrimônio?

AULA 1

Duração: 2h/a

Objetivo da aprendizagem:

Entender o que é patrimônio cultural e suas manifestações.

Identificar exemplos de patrimônio cultural em sua própria comunidade e entender a importância da sua preservação para a memória e identidade local.

Desenvolvimento: Apresentar o tema, os objetivos e fazer um levantamento prévio dos alunos sobre o conceito de patrimônio com o seguinte questionamento: “O que é patrimônio para você?”. Solicitar aos alunos que escrevam uma palavra que resuma o que é patrimônio. As observações levantadas podem ser do bairro ou da cidade e escritas em papéis post-it para a produção de um mural ou se o professor desejar poderá utilizar o aplicativo mentimeter para fazer uma nuvem de palavras. Em seguida, deverá ser entregue aos alunos uma cópia do decreto nº 25 de 1937 e o Artigo 216 da Constituição de 1988 para que os alunos possam analisar as fontes. Para fazer a mediação, o professor poderá ter como ponto de partida desmistificar o conceito que segue nos documentos oficiais. A finalidade é construir um conceito de patrimônio que não seja apenas um prédio velho, mas tudo aquilo que possui um valor afetivo para a identidade e a memória de um grupo.

Atividade: Propor aos alunos bater fotografias dos patrimônios do bairro que são importantes e trazem memórias que merecem ser tombados. Se for necessário, sugerir entrevistas com os moradores mais antigos para entender a importância do patrimônio para os habitantes do bairro. As fotos serão usadas na culminância do trabalho.

Recurso: Cópias do decreto nº 25 de 1937 e do Artigo 216 da Constituição de 1988. Multimídia (data show, computador)

Material de apoio pedagógico: Vídeos

Patrimônio cultural conceito parte 1 https://www.youtube.com/watch?v=vGeXC_2nx9M

Patrimônio cultural conceito parte 2 <https://www.youtube.com/watch?v=ABUP3iOVI1U>

Historicidade patrimônio histórico cultural https://www.youtube.com/watch?v=IF_YN3_CiqU

Material de apoio pedagógico: Vídeos

Patrimônio material: <https://www.youtube.com/watch?v=rqHqaAZ4aOo>

Iphan: protetor do patrimônio cultural brasileiro <https://www.youtube.com/watch?v=tvEz4ju8-jl>

Referências:

FERREIRA, José Heleno. A cidade como espaço de Educação Patrimonial: o direito à história e a memória. The city as a space for heritage education: The right to history and memory. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 13802–13816, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n3-299. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7863> Acesso em: 21 nov. 2025.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de História (2015-2017). In: Dossiê: Os desafios da pesquisa a partir do olhar do professor (a)-pesquisador (a): reflexões teórico-metodológicas sobre o campo do Ensino de História. Recife: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO, v. 38 n.1, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.1.02>. Acesso em 20 nov. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto, História. São Paulo, dez 1993, p. 7-28.

SILVA, Carla Gomes da, et al. Conceitos substantivos e formação do pensamento histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. Competência do pensamento histórico. Curitiba: WA Editores, 2020. (Coleção Educação Histórica, v.2)

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. A cidade e o patrimônio histórico. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretária da Cultura do estado do Ceará, 2003. (Cadernos Paulo Freire)



Para acolher o local da edificação do teatro, foi escolhida a praça do Patrocínio (atual José de Alencar), tendo o então Presidente da Província, José Bento de Figueredo Júnior, colocado a pedra fundamental do futuro teatro, que teria o nome de Santa Tereza, em homenagem à Imperatriz. Entretanto, os argumentos em defesa da construção do teatro não melhoraram.

A ideia inicial era a de que o José de Alencar fosse um teatro de verão, aberto e arejado, solto em uma área de jardins, ocupando um centro de praça. Só posteriormente se decidiu por sua localização no meio de um quarteirão, entre dois outros edifícios. O projeto inicial, portanto, foi um tanto modificado, mas não se abriu mão de toda a ideia. Daí o pátio interno, separando os dois blocos de edifício que o constituem, ligados apenas por passarelas elevadas que o tangenciam lateralmente, assim como a transparência e abertura de sua plateia.

As exigências eram de que fosse um teatro-jardim, avarandado e aberto, adaptado às regiões tropicais.

Fonte: TIMBÓ, Lucas. O teatro e a cidade. Fortaleza: Instituto Dragão do Mar, 2025.

PROPOSTA DE ATIVIDADE PARA AULA 1

Aula 1: O QUE É PATRIMÔNIO?

Fonte 1

Observe o decreto-lei nº 25 de 1937

*Art. 1º Constitue o **patrimônio histórico e artístico nacional** o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.*

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Fonte 2

Observe o que diz a Constituição Federal.

*Art. 216. Constituem **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Comparando fontes

Observe a tabela comparativa sobre as duas fontes

Critério de Análise	Decreto-Lei nº 25/1937	Artigo 216 CF/88
Terminologia Conceito Central	Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Patrimônio Cultural Brasileiro
Natureza Bens Incluídos	móveis e imóveis	material e imaterial
Valorização	Fatos memoráveis ou valor excepcional	identidade, ação e diferentes memórias

Agora responda:

1. Que tipo de patrimônio, antes ignorado ou negligenciado pelo Decreto-Lei de 1937, passa a ter reconhecimento legal explícito com o Art. 216 da CF/88? Dê exemplos.
2. No decreto-Lei de 1937, qual grupo social teve sua história contada e memorada no patrimônio? Comparando com o Art. 216 da CF/88, houve mudanças ou permanências?
3. De que forma o Art. 216, ao mencionar os "diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", confronta ou amplia essa visão de identidade nacional?
4. Se amparando no Art. 216 e olhando para o nosso bairro, o que você considera patrimônio?

Para compreender...

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Fonte: Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional-IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso: 27 de nov. 2025.

Quem decide o que é importante?

AULA 2

Duração: 2h/a

Objetivo da aprendizagem:

Reconhecer que a escolha do que é considerado patrimônio envolve relações de poder e valores.

Mostrar que a escolha do patrimônio não é neutra e reflete valores de grupos influentes.

Desenvolvimento: Iniciar a aula fixando no quadro as imagens do bairro que os alunos trouxeram e as imagens do Theatro José Alencar. Levar os alunos a fazer a comparação entre as imagens e provocar a reflexão com a pergunta: “Por que um é mais valorizado e o outro não?” Em seguida, fazer uma tempestade de ideias levantando hipóteses para que os alunos façam uma reflexão sobre os critérios e os valores predominantes estabelecidos pela sociedade para definir os conceitos. O professor poderá fazer uma dinâmica: Explique que existe um tesouro que define qual a cultura mais importante e para acessá-lo seria necessário códigos que são vistos nos vestuários, linguagem, comportamentos. Entretanto, nem todos os grupos sociais possuem os códigos de acesso ao tesouro de forma igualitária. Para facilitar o entendimento é necessário levar imagens que simbolizam os dois grupos do capital simbólico (capital popular x capital elitizado) que serão fixados no quadro. Mostre as imagens e faça a seguinte pergunta: “Quem tem acesso a esse tesouro?”. O professor fixa as respostas no quadro e faz a reflexão com os alunos: “Será que todos os grupos têm o mesmo poder de decidir o que vira patrimônio?”. Para finalizar, o professor poderá fazer uma atividade em sala para problematizar o conceito de capital simbólico de Bourdieu e aprofundar a reflexão para utilização dos meios tecnológicos para o reforço da cultura hegemônica.

Para refletir: Se o patrimônio cultural (art. 216 da CF/88) é a memória que o Estado decide preservar, ele não é apenas um conjunto de “coisas bonitas”, mas sim um conjunto de referências que ajudam a construir o Capital Cultural de certos grupos e reforçar sua posição de poder. Por que o Theatro José de Alencar foi escolhido para ser preservado? Por que o patrimônio do bairro é sempre mais demorado ou difícil de conseguir reconhecimento?

Atividade: Propor aos alunos que identifiquem um lugar, um objeto ou uma celebração no bairro deles que eles consideram muito importante, mas que não possui um reconhecimento oficial de Patrimônio Histórico: Por que você acha que os órgãos oficiais (Prefeitura, Estado) ainda não o reconheceram como importante?. Trazer para a próxima aula

Recursos: Imagens, cópias das atividades complementares.

Material de apoio pedagógico: Textos e imagens em anexos

Referências:

MACHADO, Igor José de Renó et al. Sociologia hoje: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2016 2. ed. p. 216-218.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.





FIQUE SABENDO...

As relações simbólicas e o habitus em Pierre bourdieu

Pierre Bourdieu, faz às análises marxistas considerar as relações simbólicas. Não bastaria levar em conta a posse de bens materiais e dos meios de produção: o prestígio, o status e a aceitação social também influenciam na posição dos indivíduos na sociedade, pois criam hierarquias e divisões sociais. Além do **capital econômico** (acesso e acúmulo de bens e riquezas), é preciso analisar o **capital cultural** (acúmulo de conhecimentos reconhecidos socialmente), o **capital social** (relações sociais) e o **capital simbólico** (prestígio) de um indivíduo para compreender sua posição na estrutura social. Na visão de Bourdieu, não só os recursos econômicos têm papel decisivo na constituição de relações de poder e dominação.

Um conceito importante para entender esse processo é o de **habitus**, que define a relação entre a trajetória do indivíduo e a estrutura social em que ele está inserido. O *habitus* é um padrão social de sensibilidade e de comportamento que orienta a ação dos indivíduos.

Bourdieu chama a atenção para o conjunto de situações e experiências prévias que orientam a ação social, mesmo que de forma inconsciente. Nesse sentido, as práticas sociais dos indivíduos não se devem tanto a suas escolhas deliberadas, mas sim ao *habitus* interiorizado de sua posição social.

Fonte: MACHADO, Igor José de Renó et al. **Sociologia hoje: ensino médio, volume único**. São Paulo: Ática, 2016 2. ed. p. 216-218.

PROPOSTA DE ATIVIDADE PARA AULA 2

Vamos refletir...

Se o Patrimônio Cultural (Art. 216 da CF/88) é a memória que o Estado decide preservar, ele não é apenas um conjunto de "coisas bonitas", mas sim um conjunto de referências que ajudam a construir o Capital Cultural de certos grupos e a reforçar sua posição de poder. Com base na teoria de Bourdieu, preencha o quadro abaixo com o patrimônio que representa o bairro, que traz memórias coletivas.

Categoria	Patrimônio Exemplos	Quem representa?
Memória "Oficial"	Theatro José de Alencar	Estado, as elites, a história contada "de cima".
Memória Popular		

Pesquisa e debate em grupo...

1. Qual o valor do Bem? Por que o primeiro exemplo (Memória Oficial) foi escolhido para ser preservado? Ele representa uma parte da história que é ensinada na escola?
2. Quem se beneficia? Em termos de Capital Cultural, quem ganha mais com a preservação de um palácio ou de grandes obras de arte? (Quem tem mais facilidade para acessar, entender e valorizar esses bens?)
3. A Luta por Reconhecimento: O segundo exemplo (Memória Popular) sempre foi valorizado pelo Estado? Por que é sempre mais difícil ou demorado conseguir o reconhecimento (registro como patrimônio imaterial)?
4. O Poder da Preservação: A preservação do patrimônio popular tem o poder de aumentar o Capital Social e Cultural dos grupos que o praticam? De que forma?

Aula 2: QUEM DECIDE O QUE É IMPORTANTE?

As relações simbólicas e o *habitus* em Pierre Bourdieu

O sociólogo, antropólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um dos mais importantes intelectuais da segunda metade do século XX. Destacou-se por analisar as sociedades capitalistas considerando a importância dos aspectos simbólicos na determinação das práticas sociais. Pierre Bourdieu desenvolveu uma sociologia que privilegia a análise da reprodução social, ou seja, de como as hierarquias sociais se mantêm ao longo do tempo.

Para Bourdieu, faltava às análises marxistas considerar as relações simbólicas. Não bastaria levar em conta a posse de bens materiais e dos meios de produção: o prestígio, o status e a aceitação social também influenciam na posição dos indivíduos na sociedade, pois criam hierarquias e divisões sociais. Além do capital econômico (acesso e acúmulo de bens e riquezas), é preciso analisar o capital cultural (acúmulo de conhecimentos reconhecidos socialmente), o capital social (relações sociais) e o capital simbólico (prestígio) de um indivíduo para compreender sua posição na estrutura social.

Assim, na visão de Bourdieu, não só os recursos econômicos têm papel decisivo na constituição de relações de poder e dominação. Diante da sociedade, são coisas diferentes ter um carro de luxo ou ter três carros comuns que, somados, custam o mesmo que um carro de luxo, por exemplo. Outro exemplo: ter um título de pós-graduação é algo que por si só garante a um indivíduo maior prestígio e, conseqüentemente, poder. Um dos objetos que Bourdieu estudou foi a instituição escolar. Para ele, a escola perpetua as desigualdades sociais, já que transmite aos estudantes a forma de conhecimento das classes dominantes utilizando-se de um discurso aparentemente neutro e oficial.

Bourdieu chama a atenção para o fato de que a posse de capitais econômicos e culturais anteriores à entrada do indivíduo na escola influencia no desempenho dele na instituição. Antes de terem acesso à escola, os indivíduos já se encontram desigualmente distribuídos, em razão das condições socioeconômicas. Mas não só isso: essa desigualdade inicial também ocorre pelas experiências, pelos gostos e pelas disposições já internalizadas nos alunos ao entrar na escola.

Como a escola reproduz a forma de conhecimento das classes dominantes, aqueles indivíduos que internalizaram, em seus primeiros anos de vida, as disposições e gostos dessas classes se encontram em posição mais vantajosa.

Por exemplo, uma criança criada por pais que cursaram o ensino superior e têm o hábito da leitura está predisposta a ter melhor desempenho escolar, na medida em que está mais familiarizada com os códigos do ensino formal. Assim, a desigualdade não apenas se reproduz como também se reforça nas instituições de ensino por trás de uma aparência de neutralidade. A escola parece cobrar a todos igualmente, mas alguns alunos já partem de condições mais favoráveis. A confirmação de seu desempenho legítima e reproduz assim a ordem social e sua desigualdade.

Um conceito importante para entender esse processo é o de *habitus*, que define a relação entre a trajetória do indivíduo e a estrutura social em que ele está inserido. O *habitus* é um padrão social de sensibilidade e de comportamento que orienta a ação dos indivíduos. Lembremos Max Weber e sua qualificação dos tipos de ação social. Para Weber, toda ação social é orientada por ações sociais de outras pessoas e pela expectativa de como a ação individual será acolhida. Ao usar o conceito de *habitus* para analisar as estruturas de distribuição de poder, Bourdieu chama a atenção para o conjunto de situações e experiências prévias que orientam a ação social, mesmo que de forma inconsciente.

Nesse sentido, as práticas sociais dos indivíduos não se devem tanto a suas escolhas deliberadas, mas sim ao *habitus* interiorizado de sua posição social. Comportamentos que nos parecem banais, como a forma de usar os talheres, de se expressar em público ou de se vestir, na realidade são resultado da internalização de padrões aprendidos desde a infância. Essas práticas influenciam na maneira como o indivíduo é visto por outros, o que em determinados contextos pode lhe render vantagens ou não.

Assim, a sociologia de Bourdieu cumpre um papel decisivo na teoria social contemporânea por compreender a desigualdade social não só como algo condicionado economicamente, mas também por práticas culturais e simbólicas.

A sociologia de Bourdieu cumpre um papel decisivo na teoria social contemporânea por compreender a desigualdade social como síntese de práticas econômicas e simbólicas. Para Bourdieu:

Capital Econômico: Dinheiro, bens materiais.

Capital Social: Redes de contato, amizades influentes.

Capital Cultural: Conhecimentos, habilidades e diplomas que são valorizados por uma sociedade ou grupo dominante (ex: saber tocar um instrumento "clássico", frequentar museus, ter um diploma universitário). Este capital confere poder e distinção.

Fonte: MACHADO, Igor José de Renó et al. Sociologia hoje: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2016 2. ed. p. 216-218.

IMAGENS PARA USAR NA DINÂMICA DA AULA 2

CAPITAL POPULAR



Fonte: imagens do Google

Fonte: imagens do Google

CAPITAL ELITIZADO



Fonte:: imagens do Google

Fonte: imagens do Google

Theatro José de Alencar, patrimônio digitalizado para quem?

AULA 3

Duração: 2 h/a

Objetivo de aprendizagem:

- Desenvolver a capacidade de fazer uma leitura crítica dos bens culturais que valorizam o global e silenciam o local nos meios digitais.
- Trabalhar as relações de poder que existem nos meios tecnológicos e que definem a digitalização dos patrimônios.
- Desenvolver o letramento histórico digital e compreender que as escolhas não são neutras e reflete os valores de determinados grupos.

Desenvolvimento: Na sala de inovação, fazer uma tempestade de ideias sobre o TJA para verificar seus conhecimentos sobre o patrimônio. Distribuir o folder explicativo sobre a atividade da visita virtual. A critério do professor e disponibilidade de equipamento, o professor escolhe o tipo de visita (imersiva ou não-imersiva). Proporcionar a visita virtual observando a arquitetura, os personagens e os espaços que definem as classes como o interninho e o foyer. Dar ênfase aos detalhes dos espaços visitados e debater com os alunos sobre a importância do TJA como patrimônio histórico e artístico. No final, abrir uma roda de conversa para averiguar as percepções dos alunos, as conexões que mantêm com o espaço e traçar um paralelo com os patrimônios do bairro levantados por eles na primeira aula.

Caso o professor deseje promover uma visita presencial, sugere-se o registro fotográfico ou em vídeo para a produção de conteúdo digital feito a partir da percepção dos alunos que podem ser exibidos no final da aula oficina.

Recurso: Sala de inovação, multimídia (datashow, computador e som), cópias do folder.

Material de apoio pedagógico: Imagens em anexo

Referências:

DOCUMENTACE. **Documenta**, 2025. Disponível em: <https://www.documentace.com/>. Acesso em: 22 de fev. de 2025.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces**. São Paulo: Revista CPC, n.27 especial, p.133-148, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25915>. Acesso em: 20 nov. 2025.

_____. **O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre o seu conceito e sua prática**. In: Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. TOLENTINO, Átila Bezerra Tolentino; BRAGA, Emanuel Oliveira. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. – (Caderno Temático; 5) [recurso eletrônico] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf

MATERIAL DE APOIO PARA AULA 3

FRENTE FOLDER

A DocumentaCE é uma plataforma do programa **Cientista Chefe da Cultura** para você conhecer mais de perto o patrimônio cultural do Estado do Ceará através de fotos, passeios virtuais e muito mais.

THEATRO JOSÉ DE ALENCAR

...

Para acessar a plataforma Documenta:

Website
www.documentace.com

Social Media
[@documenta.ce](https://www.instagram.com/documenta.ce)

Patrimônio Histórico Cultural Cearense

THEATRO JOSÉ DE ALENCAR

História, Patrimônio e visita virtual.

Fortaleza- Ceará
2025



VERSO FOLDER

Orientações para a visita virtual

1. Contribua com o silêncio no ambiente e evite conversas paralelas.
2. Não acesse outras páginas de jogos, vídeos, redes sociais que não tenha o objetivo da aula.
3. Esteja com o roteiro de visitação e atividade de análise para o preenchimento.
4. Em caso de dúvida, sinta-se a vontade para perguntar.
5. Caso precise retornar a algum espaço ou trajeto sinalize para o professor(a).

Importante destacar

- A visitação virtual segue o roteiro da visita presencial mediada por monitores do teatro, com exceção de determinados locais que não foram digitalizados como o subpalco e os camarins exclusivos.
- A estrutura arquitetônica faz parte do acervo de tombamento feito pelo IPHAN em 1964 e ainda apresenta a configuração original.

Histórico do TJA

O Theatro José de Alencar recebe esse nome em homenagem a um dos maiores escritores da terra cearense. Inaugurado em 1910 com projeto de autoria do engenheiro Bernardo José de Melo, transformou-se em Patrimônio Histórico Nacional após o seu tombamento pelo IPHAN em 1964. É reconhecido pelo seu modelo arquitetônico europeu de *art nouveau* e pela estrutura de "teatro-jardim". Após reformas na década de 90, ganha projeções no cenário nacional e torna-se centro cultural e turístico de referência do Estado do Ceará. Também ganhou novos espaços para eventos no jardim projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx com plantas nativas do Ceará.

Fonte: Google, 2025.

ROTEIRO DA VISITA VIRTUAL

1. Frente do Theatro
2. Hall de entrada
3. Salão principal
4. Palco
5. Jardim Burle Marx
6. Camarins externos
7. Retorno para o hall de entrada
8. Escadaria externa
9. Foyer superior do Theatro

Boa visitação!



Meu lugar, minha identidade, meu patrimônio

AULA 4

Duração: 2h/a

Objetivo da aprendizagem:

- Produção de releitura do TJA feitos pelos alunos
- Incentivar a apropriação e o uso do patrimônio cultural do bairro e reconhecer a diversidade cultural do local e seus significados para a construção da memória coletiva.

Desenvolvimento: Após a realização da visita virtual, o professor sugere que os alunos produzam uma releitura do TJA em formato de desenho e do patrimônio do bairro. Pode também simular a organização de uma exposição analógica utilizando fotos antigas do Teatro com textos informativos sobre os espaços e a arquitetura presente no TJA e também do patrimônio do bairro. Caso o professor tenha realizado a visita presencial ao TJA pode utilizar as fotos registradas pelos alunos.

Recursos: Papel ofício ou se preferir, papel para desenho Canson 200g/m³, lápis de cor, canetinhas.

Referências:

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. 8ª ed. (Obras escolhidas, 1)

FIQUE SABENDO...

A INDÚSTRIA CULTURAL

Nos anos 1940, Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895--1973), intelectuais da Escola de Frankfurt, analisaram um tema até hoje central para as sociedades contemporâneas: a indústria cultural.

A indústria cultural (os meios de comunicação de massa e da cultura de massa) surgiu com o advento da industrialização nas sociedades capitalistas, mas só ganhou maior proporção quando a industrialização no século XX se tornou um processo em larga escala.

A tese sobre a indústria cultural indicou, nesse sentido, de que maneiras a arte e a cultura estariam sujeitas às imposições do mercado, o que acabaria por transformá-las em mercadorias que são trocadas como outra mercadoria qualquer como um carro ou um eletrodoméstico, por exemplo.

Entretanto Walter Benjamin, em "A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica" (1936), defende que a reprodução em larga escala destrói a "aura" original do objeto mas democratiza a arte, alterando seu valor de culto para o valor de exposição, permitindo uma maior politização e acesso das massas.

Fonte: MACHADO, Igor José de Renó et al. Sociologia hoje: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2016 2. ed. p. 216-218.

AVALIAÇÃO

AULA 5

Duração: 2 h/a

Objetivo de aprendizagem: Avaliar a participação dos alunos

Desenvolvimento: Momento final da aula oficina, o professor deverá fazer um feedback avaliando a participação do aluno nas atividades propostas. Avaliar a produção dos conteúdos feitos pelo discentes e debater sobre o aprendizado adquirido ao longo da aula oficina. Ao final, refletir sobre a valorização das memórias locais para a construção da identidade cultural do bairro e o sentimento de pertencimento de uma comunidade e a preservação do patrimônio cultural e artístico cearense.



Plano resumido

Olá professor!

Pensando no seu dia a dia em sala de aula, foi criado um plano resumido com o objetivo de apresentar de forma clara, concisa e estruturada uma aula direcionada para a aprendizagem do conceito de patrimônio e o uso de visitas virtuais em sala de aula. O plano resumido é uma alternativa para situações em que a aplicação integral da aula oficina seja inviável. Ele não substitui a experiência total da oficina, mas serve como suporte para a construção do ensino de conceitos substantivos. Com poucos recursos, é possível usar a criatividade e transformá-la em uma aula inovadora. Aproveite!



Tema: Esse patrimônio é nosso? Theatro José de Alencar: História, Arte e Memória Cearense

Público-alvo: Alunos do ensino fundamental anos finais e ensino médio.

Duração: 4 h/a

Habilidades da BNCC:

EF08HI01 Debater sobre as transformações ocorridas na cidade ou região ao longo do tempo.
EF08HI13 Analisar o patrimônio cultural material e imaterial de grupos sociais brasileiros, com diferentes histórias e memórias.

Conteúdo programático: Patrimônio cultural; História do Ceará; memória.

Áreas interdisciplinares: História; Artes Visuais

Objeto de conhecimento: Letramento histórico digital; conceito de patrimônio a partir da virtualização.

Problematização: De que maneira a utilização de visitas virtuais podem contribuir para o desenvolvimento de aprendizagem e conceitos históricos nos estudantes do ensino fundamental?

Objetivo Geral:

Analisar o Theatro José de Alencar (TJA) como patrimônio histórico e artístico cearense e problematizar a construção do conceito histórico de patrimônio cultural confrontando com o patrimônio local.

Plano resumido

Objetivos específicos:

- Problematicar o conceito de patrimônio histórico cultural, suas manifestações e relações de poder.
- Explorar os patrimônios localizados no bairro como espaço de identidade, memória e difusão cultural local.
- Incentivar a apropriação e o uso do patrimônio cultural do bairro e reconhecer a diversidade cultural e local e seus significados para a construção da memória coletiva.

Atividades:

Fazer um estudo crítico do conceito de patrimônio com base no Decreto nº 25 de 1937 e no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, questionando as instâncias de poder que definem tais conceitos. Levar imagens de registros fotográficos do bairro para explorar a memória coletiva, diferenciando os tipos de patrimônio e suas construções simbólicas. Explicar a diferença entre os diferentes tipos de patrimônio e suas construções simbólicas. Realizar a Visita virtual ao Theatro José de Alencar (TJA) na sala de inovação, estabelecendo um comparativo entre a memória hegemônica institucional e as narrativas dos moradores locais. Fazer a produção de releituras e pinturas em papel de desenho, representando os espaços do TJA e os pontos de memória do bairro. Construir folders explicativos fundamentados nas narrativas dos alunos sobre os personagens, prédios e histórias do teatro e da vizinhança. Expor as pinturas e materiais produzidos no mural da escola.

Recursos:

Computadores ou tablets com acesso à internet para acesso à plataforma Documenta.

Materiais impressos (textos complementares, fotos, etc.)

Papel para desenho Canson, lápis colorido, tintas.

Referências:

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de História (2015-2017). In: Dossiê: Os desafios da pesquisa a partir do olhar do professor (a)-pesquisador (a): reflexões teórico-metodológicas sobre o campo do Ensino de História. Recife: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO, v. 38 n.1, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.1.02>. Acesso em 20 nov. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto, História. São Paulo, dez 1993, p. 7-28.

SILVA, Carla Gomes da, et al. Conceitos substantivos e formação do pensamento histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. Competência do pensamento histórico. Curitiba: WA Editores, 2020. (Coleção Educação Histórica, v.2)

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. A cidade e o patrimônio histórico. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretária da Cultura do estado do Ceará, 2003. (Cadernos Paulo Freire)

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. 8ª ed. (Obras escolhidas, 1)

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DOCUMENTACE. Documenta, 2025. Disponível em: <https://www.documentace.com/>. Acesso em: 22 de fev. de 2025.

FERREIRA, José Heleno. A cidade como espaço de Educação Patrimonial: o direito à história e a memória. The city as a space for heritage education: The right to history and memory. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 13802-13816, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n3-299. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7863> Acesso em: 21 nov. 2025.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de História (2015-2017). In: Dossiê: Os desafios da pesquisa a partir do olhar do professor (a)-pesquisador (a): reflexões teórico-metodológicas sobre o campo do Ensino de História. Recife: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO, v. 38 n.1, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.1.02>. Acesso em 20 nov. 2025.

MACHADO, Igor José de Renó et al. *Sociologia hoje: ensino médio*, volume único. São Paulo: Ática, 2016 2. ed. p. 216-218.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto, História*. São Paulo, dez 1993, p. 7-28.

SILVA, Carla Gomes da, et al. Conceitos substantivos e formação do pensamento histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. *Competência do pensamento histórico*. Curitiba: WA Editores, 2020. (Coleção Educação Histórica, v.2)

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. A cidade e o patrimônio histórico. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretária da Cultura do estado do Ceará, 2003. (Cadernos Paulo Freire)

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. São Paulo: Revista CPC, n.27 especial, p.133-148, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25915>. Acesso em: 20 nov. 2025.

_____. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre o seu conceito e sua prática. In: *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. TOLENTINO, Átila Bezerra Tolentino; BRAGA, Emanuel Oliveira. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. - (Caderno Temático; 5) [recurso eletrônico] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf

+